



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 99/2015

AUTORIA – Poder Executivo

ASSUNTO – Dispõe sobre o Programa de Auxílio para atendimento da mulher em situação de violência doméstica ou que se encontre em situação de risco, revoga as Leis nº 164/2011 e nº 078/2014 e dá outras providências.

TEOR DO PARECER

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 99/2015, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o Programa de Auxílio para atendimento da mulher em situação de violência doméstica ou que se encontre em situação de risco, revoga as Leis nº 164/2011 e 078/2014 e dá outras providências.

A necessidade apresentada através deste Projeto de lei ocorre pelo fato de que a estrutura de atendimento às mulheres em situação de violência foi alterada dentro do âmbito da Secretaria da Mulher e Assuntos da Família – SEMAF, principalmente com a implementação do Centro de Atendimento à Mulher. Também foi preciso a inclusão de dispositivos que tratam sobre a obrigação e condições da prestação de contas do auxílio recebido pela beneficiária, em consonância com as Resoluções do TCE/PR.

A matéria atende aos dispositivos legais e regimentais, estando apta para ser apreciada pelo Plenário. Opinamos pela livre tramitação, deixando o mérito para o Plenário decidir.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões, em 31 de julho de 2015.

Antônio Ananias
PRESIDENTE

Gilberto Cordeiro de Lima
SECRETÁRIO

Aurita Ferreira Bertoli
RELATORA



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 99/2015

AUTORIA – Poder Executivo

ASSUNTO – Dispõe sobre o Programa de Auxílio para atendimento da mulher em situação de violência doméstica ou que se encontre em situação de risco, revoga as Leis nº 164/2011 e nº 078/2014 e dá outras providências.

TEOR DO PARECER

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 99/2015, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o Programa de Auxílio para atendimento da mulher em situação de violência doméstica ou que se encontre em situação de risco, revoga as Leis nº 164/2011 e 078/2014 e dá outras providências.

A necessidade apresentada através deste Projeto de lei ocorre pelo fato de que a estrutura de atendimento às mulheres em situação de violência foi alterada dentro do âmbito da Secretaria da Mulher e Assuntos da Família – SEMAF, principalmente com a implementação do Centro de Atendimento à Mulher. Também foi preciso a inclusão de dispositivos que tratam sobre a obrigação e condições da prestação de contas do auxílio recebido pela beneficiária, em consonância com as Resoluções do TCE/PR.

A douta Comissão de Justiça, Legislação e Redação já opinou quanto à legalidade e à constitucionalidade do Projeto.

Opinamos pela livre tramitação, deixando o mérito para o Plenário decidir.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões, em 31 de julho de 2015.


Aurita Ferreira Bertoli
PRESIDENTE


Antônio Ananias
SECRETÁRIO


Luiz Cordeiro Magalhães Filho
RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO DE LEI Nº 99/2015

AUTORIA – Poder Executivo

ASSUNTO – Dispõe sobre o Programa de Auxílio para atendimento da mulher em situação de violência doméstica ou que se encontre em situação de risco, revoga as Leis nº 164/2011 e nº 078/2014 e dá outras providências.

TEOR DO PARECER

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 99/2015, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o Programa de Auxílio para atendimento da mulher em situação de violência doméstica ou que se encontre em situação de risco, revoga as Leis nº 164/2011 e 078/2014 e dá outras providências.

A necessidade apresentada através deste Projeto de lei ocorre pelo fato de que a estrutura de atendimento às mulheres em situação de violência foi alterada dentro do âmbito da Secretaria da Mulher e Assuntos da Família – SEMAF, principalmente com a implementação do Centro de Atendimento à Mulher. Também foi preciso a inclusão de dispositivos que tratam sobre a obrigação e condições da prestação de contas do auxílio recebido pela beneficiária, em consonância com as Resoluções do TCE/PR.

A douta Comissão de Justiça, Legislação e Redação já opinou quanto à legalidade e à constitucionalidade do Projeto.

Opinamos pela livre tramitação, deixando o mérito para o Plenário decidir.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões, em 31 de julho de 2015.


Luciano Augusto Molina Ferreira
PRESIDENTE

Mauro Bertoli
SECRETÁRIO


Aurita Ferreira Bertoli
RELATORA



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná
Fone: (43) 3420-7000 | 0800-6487002 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DIREITOS HUMANOS E ORDEM PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 99/2015

AUTORIA – Poder Executivo

ASSUNTO – Dispõe sobre o Programa de Auxílio para atendimento da mulher em situação de violência doméstica ou que se encontre em situação de risco, revoga as Leis nº 164/2011 e nº 078/2014 e dá outras providências.

TEOR DO PARECER

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 99/2015, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o Programa de Auxílio para atendimento da mulher em situação de violência doméstica ou que se encontre em situação de risco, revoga as Leis nº 164/2011 e 078/2014 e dá outras providências.

A necessidade apresentada através deste Projeto de lei ocorre pelo fato de que a estrutura de atendimento às mulheres em situação de violência foi alterada dentro do âmbito da Secretaria da Mulher e Assuntos da Família – SEMAF, principalmente com a implementação do Centro de Atendimento à Mulher. Também foi preciso a inclusão de dispositivos que tratam sobre a obrigação e condições da prestação de contas do auxílio recebido pela beneficiária, em consonância com as Resoluções do TCE/PR.

A douta Comissão de Justiça, Legislação e Redação já opinou quanto à legalidade e à constitucionalidade do Projeto.

Opinamos pela livre tramitação, deixando o mérito para o Plenário decidir.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões, em 31 de julho de 2015.


Gilberto Cordeiro de Lima
SECRETÁRIO

José Eduardo Antoniassi
PRESIDENTE


Luciano Augusto Molina Ferreira
RELATOR



Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25

CEP 86.800-280 | APUCARANA - PR | www.apucarana.pr.gov.br



4

Ofício nº. 422/2015 – GAB.

Apucarana, 30 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ AIRTON DECO DE ARAÚJO
DD. Presidente da Câmara Municipal
Apucarana - Paraná

Assunto: **Convocação de Sessão Extraordinária**

Senhor Presidente,

Formulamos o presente, nos termos do inciso III, § 3º, do Artigo 23 da Lei Orgânica do Município, para solicitar o empenho de Vossa Excelência no sentido de convocar a Câmara Municipal para apreciarem em regime de urgência, os Projetos de Lei nºs 99 a 109/2015, deste Executivo Municipal, bem como os Termos de Convênios, firmados por esta Municipalidade, para referendar, em tramitação nesta Colenda Casa de Leis.

Certo de poder contar com vossa valiosa atenção e distinta colaboração, desde já agradeço, me colocando à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Cordiais saudações,

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Prefeito Municipal